

## ***Experiências de Ex-alunos de História da UFF no Magistério de 1º E 2º Graus Uma Abordagem Preliminar***

*Marcelo Badaró Mattos* (\*)

É ambição compartilhada por professores e alunos de graduação conseguir desenvolver atividades de iniciação à pesquisa nos cursos regulares. A tarefa é espinhosa, especialmente quando esta ambição se combina a uma outra - a de aproximar o aluno de licenciatura em história da prática efetiva do profissional de história no magistério de 1º e 2º graus.

Entre os vários problemas enfrentados pelos cursos de graduação em história encontra-se o dilema entre formar professores ou formar pesquisadores. Em 1993, o curso de história da Universidade Federal Fluminense passou por uma reformulação curricular que apresentava entre seus objetivos centrais exatamente superar esta dicotomia, assumindo que a formação do historiador-professor-pesquisador deveria pautar-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. O documento que apresentava o currículo sustentava ser "ilusório (...) acreditar que a formação do professor de história e a do pesquisador em história sejam diferentes em sua natureza".<sup>1</sup>

Uma das possibilidades abertas nesta direção pela nova proposta curricular é a da problematização do ensino de história no 1º e 2º graus em disciplinas instrumentais do grupo "História e Educação".<sup>2</sup> Foi esta possibilidade que tentamos explorar, no segundo semestre letivo de 1993,

---

(\*)Com a colaboração de Adriano G. Monteiro Jr., Ivan Tex S. Gomes, Cristina Gonelli, Rosival M. Aires, Alexandre Tavares Lira, Heloisa Pinto Kavgas, Avair Maciel, Stálin Che Guevara Melo, Stella R.de Souza. Marcelo Badaró Mattos é professor do Departamento de História da UFF e doutor em História pela UFF. Os demais autores foram seus alunos no curso "História e Educação", no segundo semestre de 1993, datando originalmente o artigo do semestre seguinte.

<sup>1</sup>- Universidade Federal Fluminense. *Curriculo Pleno - Curso de História*. Niterói, 1992, Formulário 2, p. 4.

<sup>2</sup>- Na nova proposta curricular são seis as disciplinas instrumentais voltadas para uma abordagem histórica da educação brasileira e para a problematização, também historicamente situada, do ensino de história: História e Vivência Escolar; Seminário de Educação e História; História e Educação; História e Política Educacional; História e Ensino de 1º e 2º Graus e História e Prática Docente.

no curso "História e Educação - Ensino de história: história e experiências recentes". O curso teve como objetivos centrais analisar o processo de definição dos espaços curriculares e dos conteúdos da disciplina história no ensino básico brasileiro, ao longo do século XX, e avaliar as propostas recentes de renovação do ensino de história. Trabalhando com dois recortes cronológicos da periodização usual da história da educação brasileira (o das reformas educacionais dos anos 30 e 40 e o das reformas da ditadura militar), na temática do ensino de história, o curso desenvolveu em sua segunda fase (dedicada à discussão do ensino de história nos anos 70 e 80), como eixo articulador dos conteúdos, uma pesquisa, de caráter exploratório, realizada junto a ex-alunos da graduação em história da UFF.

Entre os objetivos da pesquisa alinhavam-se situar os ex-alunos contactados em relação ao sistema escolar fundamental, analisar as atividades docentes destes licenciados - levando em conta os conteúdos programáticos trabalhados, o material didático utilizado e os problemas do ambiente escolar -, e avaliar o peso relativo da formação na graduação da UFF na prática escolar destes professores.

O instrumento de coleta de dados aplicado na pesquisa foi um questionário, elaborado a partir de sugestões e discussões do professor e alunos do curso "História e Educação" (ver anexo). O questionário divide-se em cinco ítems, cada um deles compreendendo várias perguntas, algumas com possibilidades restritas de resposta e outras de caráter mais aberto. O primeiro ítem diz respeito à inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho. Os quatro ítems seguintes relacionam-se a aspectos específicos das atividades do magistério em história, que havíamos discutido em sala de aula a partir da literatura especializada. Assim, o ítem 2 possui questões sobre programas, o 3º ítem trata dos livros didáticos e o 4º dos problemas do cotidiano escolar. O quinto e último conjunto de questões trata das avaliações que os licenciados fazem do valor de sua formação para o enfrentamento do mercado de trabalho do professor de ensino básico.

Limitações de tempo e da sistemática de uma pesquisa coletiva realizada durante um curso de um semestre fizeram-nos optar por trabalhar apenas com uma amostra de ex-alunos formados basicamente nos anos 80, contactados por telefone. Serviram-nos de contatos alguns ex-alunos, que nos cederam telefones de companheiros de turma, sendo também acionados os fichários da Coordenação de Graduação para a coleta de dados sobre alunos formados nos primeiros anos da década de 90. De uma listagem inicial de cerca de 50 nomes, foi possível entrevistar 20 alunos, graduados entre 1984 e 1993.

O pequeno número de entrevistados não é estatisticamente significativo para generalizações seguras. Há também problemas quanto à composição da amostra de ex-alunos a serem entrevistados, pois para os anos 80 não podíamos confiar nos registros antigos da Coordenação, o que nos levou aos contatos via conhecidos, que indicavam seus contemporâneos

mais próximos. Assim, em certos casos, podemos ter formado grupos de entrevistados mais homogêneos do que uma amostra construída unicamente sobre o fichário poderia ter gerado. Vários entrevistados, por exemplo, foram indicados por ex-alunos que hoje cursam a pós-graduação da própria UFF, elevando-se assim a possibilidade de termos contactado um percentual de pós-graduandos superior ao real.

De qualquer forma, explicitadas estas limitações, o esforço de elaborar e executar uma pesquisa sobre ensino de história pareceu-nos válido. Os alunos do curso "História e Educação" anteciparam, de forma crítica e reflexiva, o contato com a realidade escolar, na qual provavelmente iriam se inserir enquanto profissionais, ao passo que o professor manteve-se atento à situação do ensino de história no 1º e 2º graus, algo que não é muito simples a partir da academia. Além disso, as respostas dos entrevistados forneceram-nos indicadores interessantes, quando não preocupantes, que pesquisas mais aprofundadas poderão explorar. Para os entrevistados, o telefonema dos alunos/entrevistadores souo como uma surpresa, já que muitos achavam que a Universidade não se lembraria mais deles.

Feitas essas considerações, passamos a sumarizar as respostas colhidas nas entrevistas, aproveitando a ordenação do questionário acima exposta.

### *Atividades profissionais*

Neste ítem chamou-nos a atenção o fato de quase todos os entrevistados terem tido experiências com o ensino de 1º e 2º graus (apenas um entrevistado nunca deu aula). A grande maioria exercia o magistério nestes níveis de ensino quando foi entrevistada. Dos poucos que não davam aulas no ensino básico, metade era composta por professores universitários.

Cabe observar que entre os que não davam aulas, havia um empregado em setor de formação de sindicato e outro desenvolvendo pesquisa com bolsa de aperfeiçoamento, não tendo sido entrevistado qualquer egresso que trabalhasse em instituição de pesquisa.

Em sua maioria, os depoentes associavam o emprego na rede pública com aulas na rede privada de ensino. Entretanto, diferentemente dos relatos correntes sobre os professores da década de 70, a carga horária destes profissionais formados a partir dos anos 80 era relativamente menor. Poucos afirmaram lecionar mais que 24 horas-aula semanais (apenas três), sendo que seis ministravam menos que 12 horas-aula por semana. Em geral, esta carga horária era cumprida em uma ou duas escolas. Este dado parece indicar que o magistério não constituía a única fonte de renda destas pessoas. Bolsas, atividades em outras áreas ou simplesmente a permanência na casa dos pais podem explicar esta situação específica.

Quase todos encontraram lugar no mercado de trabalho logo após a formatura e o acesso ao emprego se deu, basicamente, através de concursos (setor público) e indicações ou seleções via entrevista, no setor privado.

### ***Os programas***

Neste ítem, foi possível perceber que os professores trabalhavam, normalmente, com conteúdos os mais variados de forma concomitante (História do Brasil, História Geral, Organização Social e Política do Brasil), pois lecionavam em várias séries dos dois graus de ensino.

Percebeu-se também que vigorava uma relativa liberdade para a elaboração dos programas, já que dez entre 19 entrevistados afirmaram serem os responsáveis exclusivos pela elaboração dos programas.

Uma pergunta pouco precisa (por erro da elaboração do questionário) - "como avalia os alunos?" - deu margem a dois tipos de respostas: um sobre o juízo de valor que os professores faziam de seus alunos; outro sobre os instrumentos de avaliação. Os que responderam no primeiro sentido tenderam a avaliar negativamente a formação e o interesse de seus alunos. No segundo tipo de respostas pontificou absoluto o mais tradicional instrumento de avaliação: a prova. Em 28 menções de instrumentos de avaliação 12 eram de provas, seguindo-se em número de citações os "trabalhos", seminários e a "participação". Note-se que a maioria dos entrevistados utilizava mais de um instrumento. O predomínio das provas pode ser explicado por vários fatores: imposição de outras instâncias da escola; cultura dos alunos e pais que valorizam as provas como "a" avaliação por excelência; recusa de formas mais trabalhosas de avaliação; ou ainda a imposição da preparação para os vestibulares.

Avaliando os programas, os professores, muitos dos quais autores destes documentos, trataram de qualificá-los negativamente, utilizando adjetivações como "megalomaníacos", "oficiais", "de difícil aplicação", "rígidos", "distantes da realidade" etc. Em geral, tenderam a salientar que os programas não correspondiam, na prática, ao discurso da formação de uma consciência crítica do estudante, dependendo da flexibilidade dos professores para serem bem aplicados. O tom das respostas revela uma prioridade tão excessiva para a prática do dia-a-dia da sala de aula, em detrimento do planejamento didático-pedagógico, que mereceu a nossa preocupação.

### ***Os livros didáticos***

Perguntados sobre a utilização ou não dos livros didáticos, 13 em 18 professores responderam afirmativamente. Os que não os usavam citaram diversos instrumentos empregados como alternativa: textos adaptados de

livros (didáticos ou não), apostilas, revistas, jornais, livros não didáticos e fontes primárias reproduzidas.

Quanto ao grupo mais numeroso, que faz uso cotidiano dos livros didáticos, a maioria afirmou ser de responsabilidade do próprio professor a escolha dos títulos adotados. Os coordenadores, a direção, ou a influência dos pais foram apontados pelos demais como os responsáveis pelas interferências nas escolhas.

Quando instados a citar os livros utilizados, apresentaram uma lista extensa, composta predominantemente por títulos antigos, alguns dos quais editados desde os anos 70 (embora podendo ter recebido reformulações posteriores). Dos 20 livros citados, apenas cinco podem ser considerados como de produção recente. Não cabem aqui maiores comentários sobre o conteúdo dessas obras, mas vale lembrar que a literatura especializada não os tem em boa conta.<sup>3</sup>

Inquiridos sobre o juízo que faziam dos livros adotados (na maioria dos casos escolhidos por eles mesmos), dividiram-se entre adjetivações negativas - “linguagem inadequada”, “deficiências teóricas”, “desarticulação”, “simplismos” - e elogios, entre os quais os mais citados foram o bom conteúdo e o fornecimento de textos ou indicações complementares. Para os que adjetivaram negativamente os livros que adotavam, restou a justificativa de que eram um “mal necessário”.

### ***O cotidiano escolar***

O questionamento indagava sobre quais os principais obstáculos enfrentados no cotidiano escolar, destacando para efeito de análise os problemas enfrentados em sala de aula e fora da sala de aula.

Quanto às questões intra-sala de aula, as respostas impressionaram aos pesquisadores por apontarem majoritariamente os alunos como “o” problema. O desinteresse e a falta de “disciplina” e “educação” dos alunos foram os obstáculos mais citados. O excessivo número de alunos por turma e a deficiência (ou inexistência) de material de apoio também foram mencionados por vários professores. Problemas menos gerais, como desconsideração e interferência das direções, carga horária insuficiente, entre outros, receberam menções de alguns professores.

Já no que tange às questões extra-sala de aula, os baixos salários foram os responsáveis pelo maior número de citações. Neste ponto, os problemas apontados variaram muito de professor para professor, sendo possível agrupar apenas algumas respostas sobre deficiência, desinteresse ou burocratização excessiva das instâncias administrativas e de apoio nas escolas.

---

<sup>3</sup>. Ver, por exemplo, as considerações de Selva Guimarães Fonseca em *Caminhos da história ensinada*, Campinas, Papirus, 1993, pp. 111 e ss.

## *A formação*

A última parte do questionário, em que procurávamos relacionar a formação na graduação da UFF e as necessidades da prática do magistério no ensino básico, foi a mais longa e a que gerou as respostas e comentários mais ricos, induzindo a equipe de pesquisadores a debates mais prolongados.

Perguntou-se inicialmente sobre quais os assuntos e os livros mais discutidos e citados na época do curso de cada um. Entre os assuntos mais lembrados dominavam amplamente os relativos às teorias e escolas da produção histórica - a "Nova História", marxismo, história das mentalidades, os *Analles*, debate marxismo x "Nova História" - demonstrando que estes graduados foram mais marcados pelas questões historiográficas do que pelo estudo de processos históricos específicos. Os temas da História do Brasil foram pouco citados. Apenas a questão do escravismo foi lembrada por mais de um aluno.

Quanto à bibliografia recordada, o autor mais citado foi o inglês Eric Hobsbawn, seguido pelo professor Ciro Flammarion Cardoso. No geral, entretanto, predominaram as lembranças de autores (quase nunca de obras) da historiografia francesa, como Georges Duby, Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Michel Foucault e os clássicos Marc Bloch e Lucien Febvre. Entre os autores brasileiros (também aqui mais citados que as obras), destacaram-se nas memórias dos graduados os clássicos como Caio Prado Jr. e Emília Viotti da Costa e os representantes do já citado debate sobre a economia colonial brasileira, Fernando Novais e Jacob Gorender. Os autores "da casa" também foram muito citados, em especial Ilmar Rohloff de Mattos, que além de ser referido como autor, foi também lembrado na questão anterior como tema, no que deduzimos ser uma referência a Brasil Império.

Inquiridos sobre se aquelas discussões e obras haviam sido úteis para a prática do magistério, a ampla maioria respondeu afirmativamente. A bibliografia teria ajudado muito, segundo a quase unanimidade dos entrevistados, por ter formado e informado solidamente. Já os temas discutidos teriam contribuído, segundo a maioria, de forma indireta para a prática docente. Vários graduados avaliaram, entretanto, que estas discussões não foram proveitosas e apontaram para o abismo entre a Universidade e o 1º e 2º graus.

As questões seguintes solicitavam uma avaliação do curso. Quanto ao curso em si, a quase unanimidade dos entrevistados considerou-o bom (ou excelente, ou muito bom). Porém, perguntados se a formação da graduação da UFF fora suficiente para o magistério, a maioria dos graduados respondeu negativamente. Entre os principais problemas citados predominaram os relativos à formação do licenciado: a graduação privilegia a pesquisa e não a docência; a formação pedagógica é insuficiente e as relações entre as

disciplinas de história e de educação são precárias. Vários ex-alunos destacaram alguns cursos e professores por sua baixa qualidade.

Inquiridos sobre se teriam feito algum outro curso na área após a formatura, os ex-alunos se dividiram em dois grandes grupos. Um deles, minoritário, mas expressivo, integrado por pessoas que cursaram ou cursam uma pós-graduação a nível de mestrado. Outro, majoritário, por entrevistados que nunca fizeram outro curso, ou fizeram apenas um curso livre (como os oferecidos quando dos congressos da Associação Nacional de História - ANPUH - ou os cursos pagos da Univerta) após a formatura. Todos que optaram por prosseguir estudando o fizeram por iniciativa própria e sem apoio institucional prévio.

### **Considerações finais**

Da análise das respostas à última parte do questionário surgiu a principal hipótese trabalhada nas discussões entre os pesquisadores. As respostas dos ex-alunos apontaram para uma inadequação entre o curso de graduação, considerado de bom nível, e a prática do magistério no ensino básico. Bibliografia, temas discutidos e cursos, embora importantes para o pensar histórico dos graduados, não teriam tido "utilidade" prática nas aulas de 1º e 2º graus.

Caso essas respostas, que apontam para a inadequação entre a graduação e o magistério, sejam tomadas por dados objetivos, tudo nos levaria a crer na existência de um abismo profundo separando necessariamente a Universidade do ensino básico. Acreditamos, entretanto, que a repetição de respostas desta natureza é motivo para uma reflexão mais atenta. Se um curso é considerado bom para o pesquisador-historiador, deve-se inferir que abre um caminho razoável para a produção de conhecimento histórico por parte dos que nele se formam. Estaria então o pesquisador-historiador, produtor de conhecimento histórico, necessariamente inapto para a tarefa do magistério básico? A resposta pode ser afirmativa se pensarmos o magistério básico como instância meramente reprodutiva de conhecimentos consagrados, sem qualquer espaço para a produção histórica em si. Esta parecia ser a visão dominante entre os professores/ex-alunos entrevistados, até porque boa parte deles trabalhava com programas que consideraram inadequados (mesmo quando os formularam), livros didáticos de péssima qualidade (apesar de por eles escolhidos), avaliando principalmente através de provas e responsabilizando os alunos pelos problemas da sala de aula, ou seja, pensando e agindo da forma mais tradicional possível em relação ao ensino.

Poder-se-ia culpar exclusivamente a essência reprodutivista e burocrática da estrutura escolar pela distância estabelecida por estes ex-alunos, entre o que consideraram um curso de "alto nível" na graduação e as necessidades do magistério (talvez uma graduação de "baixo nível"). Mas aí

também estaríamos incorrendo em simplismo. A distância não é estabelecida apenas entre os ex-alunos; ela é voz corrente também entre os professores universitários. É bom lembrar que os professores das universidades costumam estar presentes entre os autores de livros didáticos, produtores de propostas curriculares, assessores e secretários de Educação.

O curso de graduação em que estes ex-alunos se formaram pode e deve ser responsabilizado por não ter conseguido apontar para a importância que os avanços e debates recentes da historiografia podem ter para um esforço de repensar o ensino básico. Novas abordagens, temáticas emergentes e o trabalho com fontes deveriam ser instrumentos para uma maior aproximação entre os alunos do ensino básico e o conhecimento histórico, estimulando a visão da história como "ferramenta para a vida", em contraposição à tradicional impressão de um amontoado de dados e fatos de um passado distante. Também falhou o curso de graduação ao não questionar a distância correntemente estabelecida entre a produção do conhecimento, pensada como própria à academia, e sua reprodução no ensino básico.

Esta discussão, porém, não é pertinente apenas ao curso da UFF, a partir do qual se construiu nossa investigação preliminar. Já se acumulam acerca de duas décadas os debates sobre as novas possibilidades e propostas para o ensino de história no 1º e 2º graus.<sup>4</sup> Entre elas, destacam-se justamente as "tentativas de romper com a reprodução de uma única história, através de um trabalho voltado para a investigação".<sup>5</sup> Nos debates sobre os cursos de graduação em história e o perfil dos profissionais por eles formados, também tem sido consensual a perspectiva de que só a integração entre produção e veiculação de conhecimentos pode garantir um curso de qualidade. O dilema entre formar professores ou formar pesquisadores nas graduações em história constitui-se, segundo esta perspectiva, em uma falsa dicotomia.<sup>6</sup>

Mesmo os ex-alunos inseridos em cursos de pós-graduação e que, portanto, pesquisavam em história, pareceram muitas vezes desvincular esta atividade do magistério. As possibilidades de enriquecer as aulas com as lições das pesquisas, ou de reconhecer no esforço da síntese e divulgação da historiografia recente, em linguagem didática, uma etapa da produção de conhecimentos, não foram estimuladas entre estes ex-alunos, o que contribuiu para o aprofundamento da dicotomia pesquisador/professor.

Finalmente, o fato de boa parte dos ex-alunos não ter frequentado qualquer curso após a sua formatura indica que o fosso por eles apontado

---

<sup>4</sup> Um histórico destas discussões é traçado por Marco A. da Silva e Maria Antonieta M. Antonacci em "Vivências na contramão - produção de saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus". In: *Revista Brasileira de História*. nº 19. São Paulo, set.89/fev.90.

<sup>5</sup> S. G. Fonseca, op. cit., p. 156.

<sup>6</sup> Esta discussão é travada na já citada reformulação curricular pela qual passou a graduação em história da UFF, pautando-se em algumas análises, entre as quais destacam-se *Diagnóstico e avaliação dos cursos de História no Brasil - Documento Final*. Brasília, Mec/Sesu, 1986 e Ulpiano Bezerra de Meneses, "Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga". In *Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1984.



entre a produção histórica na academia e a prática docente no 1º e 2º graus só tende a aumentar.

Por fim, esperamos que as limitações da pesquisa exploratória aqui resumida, bem como a pequena abrangência das sugestões por nós levantadas, venham a ser tomadas como estímulo à instalação de um debate mais regular sobre a necessidade de um trabalho constante dos departamentos e cursos de graduação em história junto àqueles que neles se formaram.

*[Recebido para publicação em março de 1996]*

## ANEXO

### Questionário

Nome: \_\_\_\_\_ Ano de Conclusão: \_\_\_\_\_

#### I- ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1- É professor de 1º e/ou 2º graus? \_\_\_ sim \_\_\_ não

A- Em caso negativo

A.1. Já deu aula para 1º e 2º graus? \_\_\_ sim \_\_\_ não

Quando? \_\_\_\_\_

A.2. Atualmente trabalha:

\_\_\_ Em instituição de pesquisa

\_\_\_ Prof. universitário

\_\_\_ Faz pós-graduação

\_\_\_ Em outra área Qual? \_\_\_\_\_

B- Em caso positivo:

B.1. Desde que ano dá aulas para 1º e 2º graus? \_\_\_\_\_

B.2. Em escola \_\_\_ pública \_\_\_ estadual \_\_\_ municipal \_\_\_ federal  
\_\_\_ privada

B.3. Em quantas escolas? \_\_\_\_\_

B.4. Dá aulas para: \_\_\_ 1º grau \_\_\_ 2º grau \_\_\_ 3º grau

B.5. Para quais séries? \_\_\_\_\_

B.6. Quantas horas de aulas por semana? \_\_\_\_\_

B.7. Quanto tempo, em média, permaneceu em cada emprego? \_\_\_\_\_

B.8. Forma de acesso ao emprego: \_\_\_ concurso  
\_\_\_ indicação De quem? \_\_\_\_\_  
\_\_\_ outra Qual? \_\_\_\_\_

#### II-PROGRAMAS

1- Ensina \_\_\_ História Geral \_\_\_ OSPB/EMC

\_\_\_ História do Brasil \_\_\_ Outras

Quais? \_\_\_\_\_

2- Os programas são \_\_\_ feitos pelos professores  
\_\_\_ oficiais (Secretarias de Educação)  
\_\_\_ elaborados por outras instâncias da escola  
Quais? \_\_\_\_\_

3- Como avalia os alunos? \_\_\_\_\_

4- Como avalia os programas? \_\_\_\_\_

#### III- LIVROS DIDÁTICOS

1- Usa livros didáticos? \_\_\_ sim  
\_\_\_ não Como os substitui? \_\_\_\_\_

